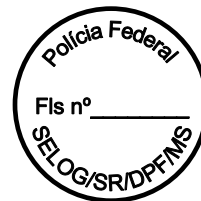




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



---SIAPRO---
SR/DPF/MS
08335.xxxxxx/2014--xx

Pregão Eletrônico nº 15/2013
Processo nº 08335.032215/2013-42
ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. xx/2013-SR/DPF/MS

CONTRATO QUE SE CELEBRA ENTRE A UNIÃO FEDERAL, REPRESENTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx. - CNPJ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx NA FORMA ABAIXO:

A UNIÃO FEDERAL, representada pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, sito na Rua Fernando Luiz Fernandes, n.º 322 – Vila Sobrinho, Campo Grande/MS – Cep: 79.110-500, com o CNPJ nº 00.394.494/0084-63, neste ato denominada CONTRATANTE e representada pelo Senhor Superintendente Regional, Sr. **EDGAR PAULO MARCON**, Delegado de Polícia Federal, residente nesta capital, RG 8019.680.811 SSP/RS, CPF 433.571.640-00, de acordo com suas atribuições legais, ínsitas no art. 38, inciso III, Portaria nº 1300/2003-MJ, de 04.09.2003 e a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, situada à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP 000-0000, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA** e representada pela Senhora xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, portador de Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx SSP/xx, CPF/MF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com domicílio na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Brasília - DF, com a finalidade de contratar com a Administração, para fornecer **serviços de telefonia fixa comutada (fixo-fixo e fixo-móvel) na modalidade LDN (Longa Distância nacional)**, resolvem, com base nas condições estabelecidas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 15/2013-SR/DPF/MS, relativo ao Processo nº **08335.032215/2013-42**, celebrar o presente Termo de Contrato, observadas as disposições da Lei 8.666/93, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

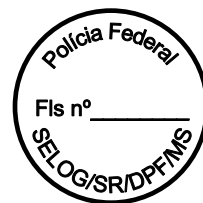
I - OBJETO

CLÁUSULA 1.ª - O objeto do presente instrumento é a **contratação de serviços de telefonia fixa comutada, na modalidade Longa Distância Nacional**, conforme especificações contidas no Termo de Referência (anexo I do Edital) e na proposta final da CONTRATADA..

II - VIGÊNCIA, VALIDADE E PRORROGAÇÃO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



CLÁUSULA 2.^a – A vigência do presente contrato se dará a partir data de sua assinatura e terá validade até o dia 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo único. No interesse da CONTRATANTE, este contrato poderá ser prorrogado por períodos consecutivos de 12 meses cada, limitadas estas prorrogações, ao prazo máximo de 60 meses contados da data da contratação.

III - DOS VALORES

CLÁUSULA 3.^a – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores definidos no Pregão nº 15/2013-SR/DPF/MS, conforme proposta final da CONTRATADA.

IV - EQUILÍBRIO FINANCEIRO E REPACTUAÇÃO

CLÁUSULA 4.^a – Com a finalidade de manter o equilíbrio financeiro do contrato, será permitida a repactuação dos valores dos serviços ora contratados, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo primeiro. A Administração deverá analisar o pedido de repactuação da CONTRATADA, verificando se o reajuste solicitado está de acordo com os preços praticados no mercado.

Parágrafo segundo. Fica vedada, quando da repactuação, a inclusão nos custos dos serviços ora contratados, de outros valores não previstos na proposta apresentada pela CONTRATADA na licitação.

Parágrafo terceiro. A repactuação estabelecida no **caput** desta cláusula é direito não somente da CONTRATADA, mas, também, da CONTRATANTE, caso houver uma diminuição dos custos previstos na proposta apresentada pela CONTRATADA.

Parágrafo Quarto. Será admitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação.

CLÁUSULA 5.^a – As despesas com a execução do presente contrato para o exercício de 2014 correrá à conta do Programa de Trabalho 06.122.0750.2000.0001, Natureza de Despesa 3390.39.58, Plano Interno 702T-14, Fonte 100 e Gestão 0001/30108.

Parágrafo único. Foi emitida a Declaração de crédito orçamentário disponibilizado pela Declaração Orçamentária nº xxx, de xx/xx/2013, elemento de despesa 3390.39.58, no valor de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxx).

V - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

CLÁUSULA 6.^a – Fazem parte integrante e complementar do presente contrato, independentemente de suas transcrições, as Atas, os Termos, o Edital e Anexos do Pregão



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



Eletrônico nº 15/2013-SR/DPF/MS, bem como a proposta e documentos apresentados pela CONTRATADA.

VI - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLAUSÚLA 7.^a - Cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em especial no que se refere à implantação, operação e níveis de serviço.

CLAUSÚLA 8.^a - Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL.

CLAUSÚLA 9.^a - Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

CLAUSÚLA 10.^a - Fornecer número telefônico e endereço de e-mail para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, excluindo a disponibilização de central de atendimento do tipo "call center".

CLAUSÚLA 11.^a Credenciar por escrito, junto à CONTRATANTE, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

CLAUSÚLA 12.^a - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRA TANTE em até 24 (vinte e quatro) horas, por intermédio do consultor designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

CLAUSÚLA 13.^a - Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

CLAUSÚLA 14.^a - Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

CLAUSÚLA 15.^a - Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

CLAUSÚLA 16.^a Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram a CONTRATADA, independente de solicitação.

CLAUSÚLA 17.^a - Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

CLAUSÚLA 18.^a Apresentar, mensal e gratuitamente, juntamente com a Nota Fiscal, detalhamento dos serviços prestados E relatório resumido consolidado de cada serviço, em papel quanto em arquivo eletrônico, gravado em CD, compatível com Microsoft Office Excel, arquivo de texto no formato TXT, e arquivo no formato PDF, no padrão FEBRABAN (versão 2 ou superior, conforme www.febraban.org.br). incluindo detalhes das chamadas (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, entre outros) e valor do serviço, que deverá conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório.

Parágrafo primeiro - A versão em papel das faturas deve apresentar o detalhamento das chamadas por ramal ou linha, com quebra de página, ou seja, o início do detalhamento de um novo ramal/linha deve ser feito sempre em uma nova página.

Parágrafo segundo -. Os serviços devem ser tarifados sempre por ramal individualizado.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



Parágrafo terceiro - Os detalhamentos, impressos e em arquivo eletrônico, devem conter um relatório resumido por cada item dos Grupos mencionados com os valores gastos e o total de minutos, de cada ramal ou linha.

Parágrafo quarto - As Notas Fiscais deverão representar um intervalo de tempo correspondente ao primeiro e último dia do mês de referência. Não serão aceitas Notas Fiscais que correspondam a períodos iniciados num mês e encerrados no mês seguinte.

CLAUSÚLA 19.^a - Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CO TRA TA TE, para realizar as solicitações relativas a esta contratação, tais como manutenção, configuração, entre outros.

CLAUSÚLA 20.^a.. Levar, imediatamente, ao conhecimento do Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

CLAUSÚLA 21.^a.. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.

CLAUSÚLA 22.^a.. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

CLAUSÚLA 23.^a.. Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para a CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.

CLAUSÚLA 24.^a.. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão.

CLAUSÚLA 25.^a.. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

CLAUSÚLA 26.^a.. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços contratada ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.

CLAUSÚLA 27.^a - Disponibilizar ao Contratante, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, os serviços descritos neste Termo;

CLAUSÚLA 28.^a – Providenciar junto a órgãos competentes os registros e licenciamentos regulamentares e pertinentes aos serviços de que trata o presente Termo de Referência, responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento dos deveres de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;

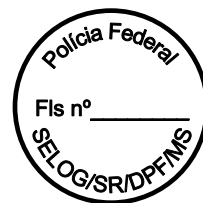
VII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁSULA 30.^a - Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/1993, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.

CLÁSULA 31.^a -. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



CLÁSULA 32.^a - Efetuar o pagamento dos serviços prestados nas condições estabelecidas no contrato.

CLÁSULA 33.^a - Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

CLÁSULA 34.^a - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações;

VIII - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁSULA 35.^a — São motivos para a rescisão do presente contrato:

- I – o descumprimento injustificado, total ou parcial, das obrigações assumidas pela CONTRATADA nos termos deste contrato;
- II – o não atendimento ou o atendimento insatisfatório das determinações e solicitações formuladas pelo Fiscal do contrato;
- III - a paralisação da execução dos serviços, sem justa causa e sem a prévia comunicação à CONTRATANTE;
- IV – o cometimento reiterado de faltas pela CONTRATADA às cláusulas do presente contrato, após a aplicação das penalidades previstas no Edital do Pregão 13/2008-CPL/SR/DPF/MS;
- V – a decretação da falência da CONTRATADA;
- VI – a extinção ou a dissolução da CONTRATADA;
- VII – a alteração da composição social, a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a critério da CONTRATANTE, venha a prejudicar a execução dos serviços contratados;
- VIII – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela autoridade administrativa a qual está subordinada a CONTRATANTE;
- IX – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, impeditivos da execução do contrato;
- X – a suspensão da execução dos serviços contratados por ordem escrita da CONTRATANTE por um período superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo nos casos de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo período;
- XI - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- XII – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos VIII e IX, serão resguardados a contratante os direitos previstos no Art. 79, parágrafo 2º, da lei 8.666/93.

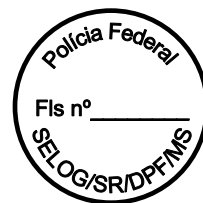
Parágrafo único. A rescisão do presente contrato poderá ser formalizada:

- I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a VII e XI desta cláusula;
- II – por acordo amigável entre as partes, reduzidas a termo, e desde que haja interesse e conveniência para a CONTRATANTE;
- III – por ação judicial, nos termos da legislação pertinente.

VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



CLÁSULA 36ª. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento do fornecimento de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento dos materiais, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

Parágrafo primeiro. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso no fornecimento e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, a seu critério, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) adjudicatária(s) as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução ou deficiência do serviço contratado, até o limite de 10 (dez) dias corridos, calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução ou deficiência do serviço contratado, a partir do décimo primeiro até o vigésimo dia, calculada sobre o valor da Nota de Empenho,

d) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do serviço contratado, quando der causa à anulação da correspondente Nota de Empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

e) declaração de inidoneidade quando a adjudicatária, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé.

Parágrafo Segundo. As multas previstas nos parágrafos **terceiro** e **quarto**, serão aplicadas quando a empresa não comprovar motivo de força maior ou caso fortuito impeditivos do cumprimento da obrigação assumida dentro do prazo estabelecido, que venha a ser reconhecido pela Administração;

Parágrafo terceiro. As multas referidas neste Edital serão descontadas do pagamento ou cobradas judicialmente.

Parágrafo quarto. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Parágrafo quinto. Além das penalidades acima, e sem prejuízo de outras constantes no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico 152013-SR/DPF/MS, o licitante estará sujeito a demais penalidades previstas nas leis que regem os processos licitatórios.

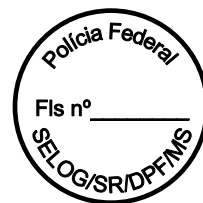
IX – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁSULA 16.ª — São condições de pagamento:

a) O recebimento e a aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



- b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente da SR/DPF/MS, conforme dispõe o Artigo 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93.
- c) Será procedida consulta "ON LINE", junto ao SICAF antes de cada pagamento efetuado à empresa contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação.
- d) Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.
- e) Conforme IN conjunta SRF/STN/SFC nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo "SIMPLES".

X - VALIDADE E EFICÁCIA

CLÁSULA 37.^a -O presente Contrato terá validade a partir da data de sua assinatura pelos contratantes ficando sua eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁSULA 38.^a -A legislação aplicável à execução deste contrato e aos casos omissos é a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único - A contratação reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

XII - FORO

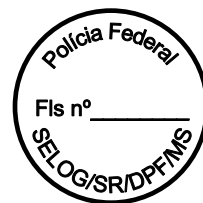
CLÁSULA 39.^a -As partes elegem o FORO da Justiça Federal, Seção Judiciária de Campo Grande/MS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato, em detrimento de qualquer outro, ficando assegurado a **CONTRATANTE**, os privilégios de prazos de que trata o art. 188 do Código de Processo Civil.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em (03) três vias de um só teor e forma, perante as testemunhas abaixo para que produza seus efeitos jurídicos.

Campo Grande - MS, XX de janeiro DE 2014.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



CONTRATANTE:

EDGAR PAULO MARCON
CPF
SR/DPF/MS

CONTRATADA:

XXXXXXXXXX
CPF XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

1 _____
CPF

2 _____
CPF